

O CAPACITISMO NO AMBIENTE ESCOLAR: REFLEXÕES SOBRE O CONCEITO E A PRÁTICA DO NEUROPSICOPEDAGOGO EM RELAÇÃO AO CAPACITISMO.

I Congresso Nacional de Práticas de Ensino na Educação Inclusiva, 1ª edição, de 01/08/2024 a 02/08/2024
ISBN dos Anais: 978-65-5465-106-6

RIBEIRO; Pedro Henrique Leite Ribeiro¹

RESUMO

O presente resumo aborda uma análise sobre o conceito de capacitismo, na perspectiva de autores como CAMPBELL (2001), JINKINGS (2015), GOÉS (2004) e STOBBAUS (2012), entendendo que se relaciona à uma construção social e à normatização do corpo dos indivíduos, buscando por meio dessa análise explicitar a prática capacitista dentro do ambiente escolar. Considera-se que o capacitismo no processo de ensino e aprendizagem seja um reflexo direto de uma sociedade capacitista que foi construída historicamente com marcos homogeneizadores e que acabam hierarquizando e segregando os indivíduos com algum tipo de deficiência. Por isso a necessidade de se pensar a construção de uma sociedade inclusiva por meio da quebra do capacitismo no ambiente escolar.

A problematização parte por meio da análise do capacitismo enquanto um conceito não tão difundido na sociedade tem algumas problemáticas no que se condiz ao pedagógico, com o intuito de diagnosticar vertentes para a aplicabilidade do conceito em questão. Por mais que seja uma prática recorrente, o termo capacitismo vem alastrando seu conceito desde a década de 60, quando as relações de poder evidenciaram no campo acadêmico algumas formas de análise sociais (CAMPBELL, 2001). Vale ressaltar que o capacitismo é a tradução da palavra inglesa *ableism*, significando a discriminação por motivo de deficiência sugerindo um afastamento da aptidão, da capacidade, dada determinada condição do indivíduo. O termo é um reflexo direto da produção de poder interligado à narrativa social relacionando-se com a estética e o padrão corporal normativo.

O capacitismo em si, é tido como uma concepção social abrangente no qual traz às pessoas com deficiência uma leitura de que por possuírem tal condição não são iguais, o que as torna menos aptas ou até mesmo não capazes de gerir suas próprias vidas e se desenvolver em alguns aspectos. De acordo com Campbell (p. 44. 2001), o capacitismo pode ser definido como “uma rede de crenças, processos e práticas que produz um tipo particular de compreensão de si e do corpo (padrão corporal), projetando um padrão típico da espécie e, portanto, essencial e totalmente humano.” Seguindo esse conceito, o capacitismo não é dado de uma forma explícita, sendo embutido e perpetuado dentro de uma produção social e simbólica de variantes históricas. Representa uma concepção sistematizada e universalizada sobre o que seria a deficiência, dando um caráter opressivo e persuadindo na forma de tratamento e inserção desses indivíduos na sociedade.

De acordo com a ONU (2006), durante a convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência o capacitismo entra em seu artigo 2º “como qualquer diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, com o propósito ou efeito de impedir ou impossibilitar o reconhecimento, o desfrute ou o exercício, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais nos âmbitos político, econômico, social, cultural, civil ou qualquer outro. Abrange todas as formas de discriminação, inclusive a recusa de adaptação razoável”.

Uma sociedade capacitista é capaz de reconhecer as divergências atitudinais para com as pessoas com deficiência, mas se modela numa perspectiva de compaixão, mas de dignidade, assumindo o erro, mas devido a um aspecto político e social conectado com o atual neoliberalismo, não se indeniza tal circunstância. (BROWN, 2005)

Com isso, sabemos que nas práticas escolares cotidianas, muitos processos de exclusão são perpetuados e se impregnam silenciosamente no ambiente escolar. Dentro do processo de ensino-aprendizagem, o capacitismo e a inclusão estão interligados de forma a se repensar até mesmo a

¹ UFF- Universidade Federal Fluminense, ribeiropedro967@gmail.com

aplicabilidade de ações e práticas inclusivas que assegurem o direito de estudo dos portadores de necessidades especiais, afinal “[...] o risco de que a instituição tome a presença desses alunos [com deficiência] como acessória, sem afetar o projeto da escola, o que se reflete na realização de pequenos ajustes ao aprendiz e na atribuição dessa responsabilidade quase exclusivamente ao professor”. (GÓES, p. 69, 2004)

Na perspectiva inclusiva, a educação especial e o combate ao capacitismo explícito e implícito no ambiente escolar deve desconstruir a cultura classificatória e da normatização que instiga um processo contínuo de exclusão no ambiente escolar. A educação tem um grande potencial para combater o capacitismo por meio da educação inclusiva, possibilitando uma análise de possibilidades, desenvolvendo uma pedagogia interativa, valorizando a identidade sociocultural dos alunos e professores, sem nenhuma hierarquização do saber.

Claro que mediante à realidade brasileira, deve-se distinguir a proclamação do direito e sua efetivação, já que se consta na política atual inúmeras mobilizações e legislações que prezem a causa das pessoas com deficiência, mas para que se haja uma efetivação de fato, do direito desses indivíduos, a política de implementação e o fornecimento de recursos devem priorizar o sujeito, a equidade com os demais agentes sociais, e a autonomia do cidadão.

A inclusão e as políticas anticapacitistas buscam se concretizar por meio do compartilhamento do processo de humanização, numa experiência de construção coletiva que coloca a todos, independentemente das vicissitudes ou questões individuais, na situação de sujeitos. Sendo assim, todos os agentes envolvidos no processo de ensino e aprendizagem devem estar cientes dos preceitos de uma prática educativa anticapacitista e democrática. Ressalta-se nesse processo o papel do neuropsicopedagogo e a questão capacitista.

A prática do neuropsicopedagogo na instituição escolar deve contribuir para o desenvolvimento de metodologias que percorram as mais distintas vicissitudes para a aprendizagem apresentadas pelos educandos no ambiente escolar, procurando orientar os vários intervenientes do processo: colaboradores, pais e professores, afim de promover uma melhoria no desempenho social, emocional e acadêmico do aluno. Ou seja, o neuropsicopedagogo está à frente da demanda capacitista na busca de promover estratégias inclusivas e orientações à comunidade escolar de forma teórica e prática. (SAVIANI, 2003)

O aluno com deficiência é capaz de se desenvolver além da socialização; a escola é plural feita de singularidades e o capacitismo se dá apenas como um reflexo da sociedade ao redor. Para se desconstruir uma escola capacitista é necessário analisar que ela se insere numa sociedade capacitista, mas com as pequenas ações e desconstruções no processo de ensino aprendizagem se consegue chegar a uma sociedade que enxergue cada vez mais os deficientes como seres capazes de ser e fazer pelo avanço inclusivo da sociedade.

O neuropsicopedagogo, enquanto profissional responsável pela mediação das diferentes formas de aprendizagem e lidando frente ao público que necessita de tal intervenção, possui papel fundamental na prática pedagógica anticapacitista. Por mais que prover distintas metodologias e adaptações sejam fundamentais para um processo de ensino e aprendizagem mais significativo para qualquer indivíduo, o olhar anticapacitista engloba uma prática muito mais elaborada. (SUÁREZ, 2006)

Enquanto profissional integrante de uma equipe multidisciplinar, o neuropsicopedagogo tem como papel, além do auxílio em questões de aprendizagem e socioemocionais, nortear a atuação dos profissionais da educação mediante as diversas frentes de adaptação e adequação aos indivíduos com necessidades especiais. Dentro da perspectiva de norteamo profissional, o direcionamento às práticas anticapacitistas se faz pilar essencial ao discurso da neuropsicopedagogia e integra como mais uma ferramenta à implementação de uma pedagogia anticapacitista dentro do ambiente escolar.

Referências bibliográficas

BROWN, W. American nightmare: Neoliberalism, neoconservatism, and de democratization. *Political Theory*, 34(6), 2006: 690-714.

CAMPBELL, Fiona Kumari. "Inciting Legal Fictions: Disability's Date with Ontology and the Ableist Body of the Law." *GriffithLaw Review* 10, 2001: 42-62

GÓES, M.C.R. Desafios da inclusão de alunos especiais: a escolarização do aprendiz e sua constituição como pessoa. In: GÓES, M.C.R.; LAPLANE, A.L.F. (Org.). *Políticas e práticas de educação inclusiva*. Campinas: Autores Associados, 2004.

JINKINGS, I. Apresentação. In: MÉSZAROS, I. *A Educação para além do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política*. 36. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

STOBÄUS, Claus Dieter. MOSQUERA, Juan José Mouriño. *Educação Especial em direção à educação inclusiva*. 4ª edição. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

SUÁREZ, Jennifer Delgado. Desmitificación de La Neuropsicopedagogía. *Revista REPES*. Año 2. Nº 4. Colômbia :Universidad Tecnológica de Pereira, 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. Assembléia Geral das Nações Unidas, 6 de dezembro de 2006.

PALAVRAS-CHAVE: Capacitismo, Inclusão, Educacao Inclusiva, Neuropsicopedagogo